

# DE COMO SOLIDARIEDADES E DISTANCIAMENTOS SOCIAIS CONSTRUÍRAM OS ESPAÇOS NA IDADE DO FERRO E NA ÉPOCA ROMANA; E DE COMO OS ESPAÇOS REFORÇARAM AQUELAS PROXIMIDADES E DISTANCIAMENTOS

por

Jorge de Alarcão\*

**Resumo:** Os espaços construídos e as relações interpessoais constituem um binómio cujos termos reciprocamente se determinam. As vivendas da Idade do Ferro cercadas por altos muros criavam intimidades no seio da família e distância relativamente a outras famílias. Numa *villa* romana, os criados que viviam na pobre *pars rustica* não podiam deixar de sentir a sua dependência quando entravam na rica *pars urbana*. O conceito de “domesticação do espaço” é também aqui examinado.

**Palavras-chave:** Espaço e relações sociais; domesticação do espaço; I. do Ferro/época romana.

**Abstract:** There is a reciprocal causation between constructed space of houses and settlements and personal relations. The domestic units of some hillforts may have helped to create stronger feelings of unit between members of the same family and feelings of social distance towards other families. The labourers of a Roman villa, living in poor quarters, may have had a strong feeling of their dependance on entering the rich *pars urbana*. The now so much used idea of “domestication of the space” is also examined here.

**Key-words:** Space and social relations; domestication of space; Iron Age/Roman epoch.

Quando o Prof. Vítor Jorge me convidou para participar nesta mesa-redonda e me pediu que desse, sem demora, um título à minha comunicação, veio-me à ideia o que foi, no programa, apresentado. No momento da escrita, o pensamento não me saiu muito obediente ao mote. A glosa, como se verá, desvia-se algum tanto do proposto, numa reflexão menos disciplinada do que é habitual nos meus discursos. A complexidade do tema desculpára os meus desvios e o tempo muito curto de que dispenho explicará o estilo, mais *sugestivo* do que deve ser objecto de reflexão, do que *demonstrativo* de quaisquer teses.

---

\* Professor da Faculdade de Letras de Coimbra.

Não sei se todos quantos aqui assistem já visitaram, na citânia de Sanfins, a reconstrução que os Profs. Armando Coelho e Rui Centeno fizeram (ou dirigiram) de uma “unidade doméstica” ou vivenda familiar daquele grande povoado. Duas casas redondas, uma delas com o típico átrio em forma de pinças de caranguejo, algumas estâncias mais ou menos rectangulares e uns cobertos ou alpendres compõem a vivenda, que um alto muro cerca. Não vejo aqui, ao contrário do que pretende o Prof. Armando Coelho, nenhuma influência mediterrânica na organização do espaço familiar. Mas isso é o que menos interessa. A assimilação, por parte de uns, colonizados (ou crioulizados, como certos autores, hoje, preferem chamar-lhes), de formas arquitectónicas ou de organização do espaço próprias de outros, colonizadores, é certamente um problema digno de análise, até pelo impacte que tal assimilação tem na reconfiguração das relações sociais e no plano ideológico. E também pelos novos sentidos que aquele que assimila dá (ou pode dar) à coisa assimilada. Mas não é, repito, o que neste momento me interessa.

O que mais me impressionou, quando visitei essa reconstrução de Sanfins, foi o muro alto que delimita a “unidade doméstica” e a separa de outras que devemos imaginar construídas da mesma maneira. Nesse muro existe uma única entrada, que uma porta podia cerrar. Ali dentro, a família estava reunida e ao abrigo do indiscreto olhar dos outros. A forma arquitectónica é, assim, correlativa de uma certa “intimidade” dos todos da família e de um certo “distanciamento” desses mesmos relativamente às outras famílias que habitavam a citânia.

Como já tenho dito (e escrito), parece-me ocioso perguntar se a arquitectura criou a “intimidade” e a “distanciação” ou se foram estas que determinaram a forma arquitectónica. Aqui, como em muitas outras circunstâncias, a relação unidireccional de causa e efeito não permite compreender um fenómeno que releva da causalidade recíproca.

Também me parece que a unidade e identidade da família e o seu distanciamento a (ou diferenciação de) outras famílias tinham outro operador: o *nome*. Qualquer que fosse o sistema usado de nomenclatura familiar (e também não quero aqui discutir essa interessante questão), o nome individualizaria e garantiria também a identidade da família. Por “identidade” deve entender-se ao mesmo tempo a solidariedade do grupo familiar e a sua diferenciação relativamente a outras famílias vizinhas: a família residente naquela vivenda de Sanfins era um “nós” que se distanciava dos “outros” não só através da forma cerrada da construção, mas também pelo nome.

Em terceiro lugar, devemos perguntar-nos em que medida a actividade económica contribuía para reunir a família nesse “nós” que se distanciava dos “outros”: tinha cada família seu rebanho próprio e seus campos? Era uma unidade de produção e consumo? Existiam, de certo, pastos e matas comuns, como de todos era o ribeiro que ali abaixo corria. Mas a independência económica de cada família reforçaria identidades e distanciações – as quais, repito, são sempre correlativas.

Deixando de lado os aspectos onomásticos e económicos que contribuíam para as solidariedades e distanciamentos, voltemos ao problema do espaço.

Noutros povoados castrejos, como em Terroso, não são tão visíveis “unidades domésticas” como em Sanfins. Não há ruas antepensadas às casas; há casas desarrumadas, umas encostadas às outras ou com incertos intervalos, sem que nos seja fácil desmisturá-las e identificar as “unidades”. De qualquer forma, a disposição das casas não parece consentir intimidades ou resguardos; pelo contrário, parece que o que uns faziam havia de ser olhado pelos outros todos (ou por muitos outros); cada um seria olhante e olhado dos outros.

Admitindo, nestes castros, também famílias alargadas (o que, aliás, não é óbvio ou seguro), é muito possível que uma família de três gerações estivesse dispersa por várias casas distanciadas, entre as quais se posicionavam casas de outras famílias. A vivência dos todos da família e o seu relacionamento com outras famílias não poderia deixar de ser diferente neste outro espaço assim diferentemente organizado. Podemos perguntar-nos se esta outra forma de organização do espaço contribuiu para diminuir as solidariedades intrafamiliares e reforçar, ao invés, a solidariedade de todos os habitantes do castro num colectivo de vizinhos (isto é, no colectivo de *todos* os habitantes do castro).

Passemos a outro caso.

Se muitos castros persistiram na época romana, outros foram abandonados e a população parece ter-se dispersado por casais que eram unidades de exploração agropecuária unifamiliares. Que impacte terá tido, no plano das relações sociais, esta nova forma de ocupação do espaço? As 10, 15 ou 20 famílias que anteriormente habitavam no mesmo povoado, aliás circunferido por muralhas, dispersavam-se agora por casais isolados que distavam, uns dos outros, centenas ou milhares de passos. Não precisariam, essas famílias, de uma referência que as unisse e contrariasse a insularização? O antigo castro, abandonado mas não esquecido ou ignorado, não seria pensado como lugar de procedência comum? Abandonado, não permaneceria afinal activo como referência integradora dos casais dispersos? Que papel jogaria a memória do antigamente na criação (ou manutenção) das solidariedades?

Se imaginarmos dois castros contíguos, ambos abandonados, e, conseqüentemente, suas populações dispersas por casais isolados, é possível conceber um casal, procedente de um castro, mais afastado de outro casal oriundo do mesmo povoado, que de um casal com origem no outro castro. A proximidade física destes dois casais de distinta procedência criaria relações de solidariedade e entre-ajuda? Ou a memória seria mais forte que a proximidade física actual? Um casal sentir-se-ia mais solidário de outro, todavia mais distante, por se “pensar” como proveniente do mesmo povoado originário? E que transformações terá operado o tempo na negociação (ou renegociação) das solidariedades? O antigamente é, de certo modo, o que se recorda ou esquece

consoante as conveniências do presente. Ignorar o passado (ou, pelo menos, desvalorizar o passado) poderia ser necessário à renegociação das solidariedades e integrações sociais. E não haverá casos em que uma população dispersa tenha instalado, como factor de integração ou manutenção da solidariedade, um cemitério comum, eventualmente junto do antigo castro abandonado?

O actual território português não tinha, na Idade do Ferro, de norte a sul, o mesmo tipo de povoamento e uma única e mesma forma de ocupação do espaço. Se, no norte, os castros eram muitos mas, na generalidade, pequenos, e se não são aqui visíveis os casais dispersos, estes são inequívocos no Alentejo. Por outro lado, na época romana encontramos, é certo, pelo menos em algumas áreas, aldeias (que são muito visíveis em Trás-os-Montes); mas também é inequívoca, em algumas outras áreas, a tendência para a dispersão do povoamento. Não podemos limitar-nos a situar num espaço cartesiano os lugares habitados sem pensarmos nas solidariedades e nos distanciamentos sociais correlativos.

A partir, pelo menos, do séc. IX (falo do séc. IX d.C.), em áreas de povoamento anteriormente disperso verifica-se uma tendência para o reagrupamento em aldeias. Em que medida a religião, pela obrigatoriedade da frequência dominical da igreja, terá contribuído para essa reunião das populações? Recordar aqui a religião não é ignorar ou minimizar a importância dos factores económico e estratégico na formação das aldeias medievais. É, simplesmente, chamar a atenção para a importância que o factor religioso teve (ou pode ter tido) na configuração das formas de povoamento (disperso ou concentrado).

O espaço é, pois, (ou tem sido) ocupado de diferentes maneiras e, naturalmente, percebido ou vivido de diferentes modos. No tempo dos castros, o espaço era visto do alto e os rios e os vales ficavam “lá em baixo”, constituindo, eventualmente, as linhas divisórias dos territórios de diferentes comunidades. Num tempo em que as aldeias ou os casais se situavam nos vales, estes eram o “aqui” e os montes seriam o “longe”, o “além” e o confim de diferentes comunidades. Alteravam-se as perspectivas: o que tinha sido “aqui” transformava-se no “além” e o que tinha sido “além” convertia-se em “aqui”. As coordenadas geográficas, das quais nenhuma carta arqueológica pode prescindir, têm de ser pensadas como simples cifras que não nos esclarecem sobre a forma como o espaço era percebido e vivido.

Fala-se hoje muito em “domesticação da paisagem”, e dos monumentos (desde megálitos a recintos amuralhados) como “domesticadores da paisagem”. Não ponho em causa tais discursos, que me parecem muito ajustados e úteis. Mas não será conveniente reflectirmos sobre o conceito de “domesticação”?

Como todos os verbos de acção, domesticar implica um agente, alguém que domestica. Esse alguém é o homem. Domestica o quê, ou quem?

O conceito de “domesticação” poderá, metaforicamente mas não de forma total-

mente abusiva ou equívoca, usar-se no sentido de “apropriação” e de “familiarização com”. O animal doméstico é o *meu* animal e o que vive comigo. Mas também se pode usar “domesticação” no sentido de “transformação”: posso falar da domesticação da paisagem ou do espaço quando o delimito, me apropriro dele ou quando o transformo, por exemplo, arroteando um campo, abatendo um bosque, construindo no rio uma represa. Uma paisagem domesticada será aquela em que são visíveis sinais de transformação, ou, se quiserem, sinais de que aí reside alguém.

Ora, posto assim o problema, pergunto-me se não valorizamos demasiadamente os monumentos pré ou proto-históricos como domesticadores da paisagem. Tentando, com recurso à imaginação, transpormo-nos para um tempo passado, isto é, para o tempo em que o monumento existia íntegro e era utilizado, e assumindo a condição de viajante, será que este só tinha consciência de que o espaço em que entrava era habitado quando via o megálito ou avistava, ao longe, o recinto amuralhado? Não lhe bastaria avistar um rebanho, uma seara, um faval, uma cabana, mesmo antes de avistar um monumento ou um homem, para tomar consciência de que o espaço era habitado e estava apropriado?

Por outro lado, se o domesticador é o homem, o monumento é o *meio* ou *instrumento* de domesticação ou é apenas o *lugar*, *palco* ou *cenário* onde se realizam os *ritos* que, esses sim, permitem a “domesticação” do espaço? E que metáfora será mais correcta? *Domesticação* da paisagem ou *encenação* do espaço? E se tomarmos “domesticação” no sentido de “sujeição”, os homens sujeitavam o espaço ou sujeitavam outros homens que viviam nesse espaço? O monumento não pode (ou não deve) ser visto essencialmente como o lugar onde se exerciam ou praticavam os ritos que permitiam a sujeição?

A estas perguntas acrescento ainda outra: o homem sujeitava a natureza, ou os outros homens, ou ainda os próprios medos e as suas ansiedades?

O medo não é a consciência de que se tem medo. O medo é irreflectido; resulta do confronto directo e imediato com o que se nos afigura perigoso e ameaçador. É a percepção de algo que, de súbito, perante nós, aparece como perigoso. Podemos dizer que, quando temos medo, a nossa consciência não está voltada para si mesma, sentindo-se medrosa, mas está totalmente dirigida para o que está fora, ali, ameaçador. Quando o medo passa, então, sim, temos consciência de que tivemos medo.

Ora o homem não viveria no medo porque não viveria permanentemente perante o perigo; mas viveria, talvez, constantemente, com a sensação de que o perigo podia surgir em qualquer momento e em qualquer lugar. Essa consciência criaria, não o medo, mas a ansiedade.

É de todos (ou, pelo menos, de muitos) sabido que as muralhas não são (ou podem não ser) exclusivamente construídas por razões de defesa. As muralhas podem também ser construídas por razões de prestígio. Mas podemos ainda pensá-las como

definidoras de um espaço de tranquilidade. Ao entrar no recinto amuralhado, o homem entraria num espaço onde se sentiria tranquilo, eventualmente sob protecção dos deuses. O espaço fora de muralhas, o para-além delas, seria o espaço onde o perigo e o insólito podiam suceder.

Não podendo viver na ansiedade, o homem recorreria a meios mágicos que esconjurassem os perigos ou que os tornassem menos prováveis ou menos frequentes.

Outros rituais mágicos poderiam ser praticados para alcançar o que os homens julgavam impossível obter por meios técnicos. Aqui cabe tanta coisa – fazer vir chuva, obter a cura de uma doença... – que não vale sequer a pena tentar um inventário das situações. Quando muito, poderíamos tentar um inventário dos *tipos* de situações.

Que relação tem o que digo com o espaço? Talvez apenas a de que os rituais tinham que realizar-se num espaço. Mas não estou aqui a sugerir que havia, necessariamente, espaços rituais distintos dos espaços residenciais – embora o espaço residencial pudesse carecer de uma *encenação ad hoc* para a prática do ritual.

Adverti, no princípio, que o meu discurso se desviaria do título da comunicação. Ei-lo claramente desviado do tema, que era o do espaço como operador de aproximações e distinções sociais. Podereis censurar-me pelo desvio e, mais ainda, por estar agora a falar do que se afigura difícil de reconstituir historicamente. Mas a minha conversa poderá ter, pelo menos, o mérito de chamar a atenção para a medida da nossa ignorância. Por outro lado, pondo problemas, mesmo quando eles nos parecem irrespondíveis, não poderemos contribuir para a descoberta de métodos de investigação hoje ainda não inventados mas que poderão surgir no futuro, e nos permitirão alcançar, se não o conhecimento da verdade, pelo menos o conhecimento do verosímil?

Regresso, por fim, ao tema titulado, apenas para mais um apontamento, neste caso, relativo a uma *villa* romana. Podemos considerar esta como um micro-espaço, inserido no médio espaço de uma *civitas* (por exemplo, a de *Pax Iulia*), por sua vez inserida no macro-espaço da província da Lusitânia. Mas estes conceitos de micro, médio e macro-espaço são relativos. Se pensarmos que o senhor da *villa* podia estar agora no triclinio e logo na adega ou no estábulo, a *villa*, que era micro-espaço, transforma-se em médio espaço e os micro-espaços são esse triclinio ou essa adega.

A *villa* tinha sua *pars urbana*, onde residia o proprietário e sua *pars rustica*, onde se alojavam os criados. Se imaginarmos um criado, vivendo num acanhado cubículo onde dormia tendo por leito um pobre colmeiro de palha ferrã e se pensarmos o que sentiria esse serviçal ao entrar no quarto de dormir do seu senhor, com pavimento de policromo mosaico e leito de boa madeira com aplicações de bronzes ornamentais, compreenderemos como a visão deste outro espaço podia reforçar no criado o sentimento da sua dependência.

Os espaços têm, pois, de ser pensados como algo que cria, ou pelo menos reforça, distâncias ou proximidades intersubjectivas. A maneira como os homens do pas-

sado viviam os seus espaços é, certamente, difícil de reconstituir historicamente. Deveremos, talvez, dizer que é mesmo impossível saber como eram vividos os espaços; mas não nos parece de todo em todo impossível formular, com alguma verosimilhança, hipóteses sobre como *poderiam ter sido vividos* os espaços. Formular tais hipóteses não releva da imaginação novelística, mas da imaginação do historiador. Esta é diferente daquela e a diferença começa no referente. Não é a mesma coisa contar uma história com personagens inventadas e tentar entender o que se passou com homens que realmente existiram. Concordo que é difícil alcançar a consciência – mesmo só a consciência colectiva – dos outros que viveram no passado. Mas o cepticismo radical condenar-nos-á, a nós, arqueólogos, a sermos simples recolectores de cacos e desenhadores de estruturas, sem nenhum entendimento das vivências dos homens do passado, designadamente, das suas vivências do espaço e de como, mediante o espaço, se articulavam as relações sociais.

